

Os lusíadas





LUÍS DE CAMÕES

Os lusíadas

TRECHOS SELECIONADOS

Baseado no texto estabelecido por
Emanuel Paulo Ramos para *Os lusíadas*,
3. ed., Porto: Porto Editora, s.d.

Apresentação, seleção e notas de
Carlos Felipe Moisés

© Carlos Felipe Moisés, 1992

gerente editorial Claudia Morales
editor Fabricio Waltrick
editor assistente Emílio Satoshi Hamaya
diagramadora Thatiana Kalaes
coordenadora de revisão Ivany Picasso Batista
revisão Bárbara Borges, Cláudia Cantarin
colaboração Fabiane Zorn
projeto gráfico Fabricio Waltrick e Luiz Henrique Dominguez
coordenadora de arte Soraia Scarpa
editoração eletrônica Luiz Henrique Dominguez
pesquisa iconográfica Evelyn Torrecilla e Carlos Luvizari

imagem da capa Marulho, obra de Cildo Meireles / Foto: Eduardo Seidl

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS - RJ

C1921
12. ed.

Camões, Luís de, 1524?-1580

Os lusíadas / Luís Vaz de Camões ; apresentação, seleção e notas de Carlos Felipe Moisés. - 12. ed. - São Paulo : Ática, 2012.

112p. : (Bom Livro)

Inclui apêndice e bibliografia

ISBN 978 85 08 15413-5

1. Poesia portuguesa. I. Moisés, Carlos Felipe. II. Título. III. Série.

09-3762.

CDD: 869.1

CDU: 821.134.3-1

ISBN 978 85 08 15413-5 (aluno)

CL: 737832

CAE: 267786

2019

12ª edição

8ª impressão

Impressão e acabamento:

Todos os direitos reservados pela Editora Ática S.A.

Avenida das Nações Unidas, 7221

Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

Atendimento ao cliente: (0xx11) 4003-3061 – atendimento@aticascipione.com.br

www.coletivoleitor.com.br

IMPORTANTE: Ao comprar um livro, você remunera e reconhece o trabalho do autor e o de muitos outros profissionais envolvidos na produção editorial e na comercialização das obras: editores, revisores, diagramadores, ilustradores, gráficos, divulgadores, distribuidores, livreiros, entre outros. Ajude-nos a combater a cópia ilegal! Ela gera desemprego, prejudica a difusão da cultura e encarece os livros que você compra.



Sumário

A pátria acima de tudo 7

Nota sobre o texto 31

Canto I 33

Canto II 39

Canto III 43

 Comentário crítico 51

Canto IV 52

Canto V 59

 Comentário crítico 66

Canto VI 67

Canto VII 74

Canto VIII 79

Canto IX 81

Canto X 89

 Comentário crítico 94

Documentos de época 101

Indicações de leitura 105

Resumo biográfico 107

Obras do autor 109

Obra da capa 111



OV RETRATO DE LVIZ DE CAMOES OIRRESIDO OVREY D.LVIZ DE ATHAY DE POR FERNAO
TELLESDENEZES



COA 1581

AS LVSIADH
1581

A PÁTRIA ACIMA DE TUDO

Carlos Felipe Moisés

Escritor, crítico literário e tradutor, já foi professor de literatura da Universidade de São Paulo (USP), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e da Universidade da Califórnia, em Berkeley, nos Estados Unidos.

Por volta de 1556, durante o reinado de dom João III, Luís de Camões exercia em Macau, uma das possessões portuguesas na Ásia, o cargo de “provedor-mor dos defuntos e ausentes”, espécie de juiz encarregado de dar destino aos bens deixados por pessoas mortas ou desaparecidas. Razões mal explicadas, possíveis insinuações de que tiraria proveito dos negócios com que lidava, levam-no a embarcar para Goa, onde prestaria contas ao governador, mas o barco em que viaja naufraga junto à foz do rio Mekong. No acidente, morre Dinamene, a ex-escrava chinesa que o acompanhava. (Reza a tradição que o poeta teria dedicado a ela várias composições líricas, entre as quais o soneto famoso “Alma minha gentil que te partiste”.) Camões se salva, e se preocupa sobretudo em salvar também o manuscrito de *Os lusíadas*, a que vinha se dedicando fazia anos.

O episódio tem sido amplamente comentado pelos biógrafos e estudiosos do poeta. Além de constituir segura via de acesso à compreensão de uma faceta marcante de sua personalidade, lança luzes sobre certas características da cultura de seu tempo e sobre a natureza da própria obra.

Não podemos deixar de perguntar: o que levaria um homem, correndo sério risco de vida, e vendo correr o mesmo risco a mulher amada, a concentrar todo o seu esforço na preservação de um manuscrito, simples rascunho de um livro de poesia? A resposta mais direta, por estranha ou desumana que nos pareça, é uma só: patriotismo. Na vida e na obra, Camões deu mostras de conceber a pátria como objeto de devoção acima dos demais, que ele

Na página oposta, Luís Vaz de Camões em retrato póstumo pintado por artista anônimo e oferecido por Fernão Teles de Meneses a dom Luís de Ataíde em Goa, 1581.

honraria e defenderia, sem medir sacrifícios. E *Os lusíadas*, ele o sabia, era uma obra única e exemplar, a primeira em que se celebrava com tanto empenho e vigor a glória de Portugal, então senhor dos mares, sede de poderoso império.

Como homem da renascença, Camões depositava na poesia, a poesia épica, uma importância que os séculos posteriores deixarão de reconhecer. Os grandes impérios antigos, Grécia e Roma, tiveram sua história, suas façanhas e sua marca própria imortalizadas em epopeias modelares, como a *Odisseia* e a *Eneida*. Seguindo o exemplo, os tempos modernos, de que os descobridores portugueses eram os principais artífices, deveriam também ser imortalizados num poema que rivalizasse com aqueles.

Por isso, logo na abertura de *Os lusíadas*, Camões exclama, enfático e orgulhoso:

Cessem do sábio grego e do troiano
As navegações grandes que fizeram;
[...]
Que eu canto o peito ilustre lusitano,
A quem Netuno e Marte obedeceram.
Cesse tudo o que a musa antiga canta,
Que outro valor mais alto se alevanta.

Frontispício da primeira edição de *Os lusíadas*, publicada em 1572.



O “sábio grego” é Ulisses, o “troiano” é Eneias, heróis enaltecidos por Homero e Virgílio. A eles o poeta contrapõe “o peito ilustre lusitano”, certo não só de que o herói português se eleva acima dos antigos, como também de que sua “musa”, isto é, sua poesia, supera a da *Eneida* e da *Odisseia*.

Espectador e participante de um momento histórico privilegiado, a passagem da Idade Média para o formidável desenvolvimento científico e tecnológico do renascimento, Camões acredita que as conquistas materiais resultantes da expansão territorial e econômica têm

pouco valor em si. O que as torna realmente grandiosas, superando as façanhas dos antigos, é seu fundo compromisso com os valores do espírito, entre os quais não conta pouco a própria poesia.

Assim, logo de saída, Camões faz questão de frisar que enaltece

[...] as memórias gloriosas
Daqueles reis que foram dilatando
A Fé, o Império, e as terras viciosas
De África e de Ásia andaram devastando

Trata-se não apenas do “Império” mas, sobretudo, da “Fé”, aí empregados como termos simbólicos: o reino material e o reino espiritual, que o homem do renascimento concebia como esferas harmônicas e complementares. E as novas terras eram “viciosas” porque nelas ainda não se desenvolvera esse ideal renascentista, que conduziria toda a humanidade à realização suprema do Bem, da Verdade e da Beleza.

Não se deixe impressionar pela afirmação de que esses reis “andaram devastando” África e Ásia (e Brasil também, não é mesmo?). “Devastar” está aí empregado no sentido de “desvendar”, “dar a conhecer”, embora Camões soubesse que o verbo também poderia expressar, no caso, a nada edificante ideia de pilhar e destruir. É uma das contradições da euforia que foi o renascimento, essa “engalanada roupa de domingo que o homem medieval vestiu”. Mas Camões acreditava firmemente nos bons propósitos das conquistas, embora não ignorasse seu lado sombrio.

Mãe de vilões ruins, madrasta de homens honrados

Voltemos, por ora, à vida acidentada do nosso poeta-náufrago, fidalgo pobre, soldado e funcionário público, patriota e humanista. Camões estava na Ásia desde 1553. No ano anterior, em Lisboa, envolvera-se numa briga de rua com certo Gonçalo Borges, protegido da corte; feriu-o,

embora sem gravidade, sendo preso por isso, e amargou quase um ano de cadeia. Foi libertado a 7 de março de 1553. A carta de soltura (ver a seção “Documentos de época”, no fim do volume) afirmava tratar-se de um “mancebo e pobre [que] vai este ano servir à Índia”. Não se sabe se foi um exílio disfarçado, espécie de punição por ter atingido “no pescoço, junto do cabelo do toutiço”, o influente Gonçalo; ou se o poeta foi perdoado justamente porque se dispôs a servir a el-rei, na Ásia; ou ainda se decidiu partir por conta própria, a fim de conhecer de perto o grande império português no Oriente.

O do Ocidente, em parte, ele já conhecia. Em 1549, alistara-se nas tropas que foram lutar em Ceuta, contra os mouros, e perdeu um olho em combate. (Num retrato famoso, o poeta aparece com uma venda tapando a vista direita.) Mas o norte da África não foi suficiente para lhe satisfazer a curiosidade e o desejo de aventura. O fato é que a 26 de março de 1553 ele embarca para a Índia. De Goa, escreverá: “Da terra vos sei dizer que é mãe de vilões ruins, e madrastra de homens honrados”.

A decepção foi dura. No Oriente, ao invés dos elevados propósitos humanistas que ele sonhava para a missão civilizadora dos portugueses, Camões encontra a cobiça desenfreada, a cupidez, a decadência de costumes, a corrupção, o dinheiro fácil para os inescrupulosos. Desmandos de toda ordem, anarquia. Além de ter servido como “provedor-mor dos defuntos e ausentes”, em Macau, participou de várias missões (inclusive como soldado) no Malabar, no Timor, no estreito de Meca, no golfo Pérsico, na China e em muitas outras partes, vivendo sempre uma vida irregular e incerta, amargando necessidades e contraindo dívidas, que o levaram mais de uma vez à prisão.

Foi o que aconteceu logo depois do naufrágio, quando chegou a Goa para ser preso. Aí consegue a proteção do vice-rei dom Francisco Coutinho e é posto em liberdade. Vive então uma fase mais tranquila e, em 1563, deixa de ser poeta inédito: uma de suas odes é impressa na abertura do livro *Colóquios dos simples e das drogas e cousas medicinais da Índia*, de Garcia da Orta.



Em 1567, parte para a África, na companhia de Pero Barreto, que assumiria o governo de Sofala. Mas, ao chegarem a Moçambique, Camões volta a ser preso, por causa de umas dívidas antigas. Pelo que se sabe, o amigo nada pôde fazer em seu favor e ele enfrentou um período dos mais difíceis, embora de intensa produção literária. Aí vai encontrá-lo outro amigo, Diogo de Couto, segundo o qual Camões então vivia “tão pobre que comia de amigos”. Nessa altura, já está perto do fim a peregrinação de 17 anos pelo Oriente. A 23 de abril de 1570, o poeta chega de regresso a Lisboa, graças à interferência dos amigos, que lhe custearam a viagem e lhe garantiram a sobrevivência durante a longa travessia.

Camões encontra a cidade assolada pela peste, que se alastrava fazia um ano. O quadro é desolador: centenas de mortos, entre os quais o poeta Antônio Ferreira, bom amigo da juventude. Camões, mais pobre e desamparado que nunca, tem como única preocupação dar os últimos retoques em *Os lusíadas* e conseguir a publicação da obra. Verdadeira obsessão! Outra vez a epopeia se sobrepõe a tudo o mais, e ele só quer saber de salvá-la — agora salvá-la desse outro tipo de naufrágio que é rever a pátria em tão triste estado.

A gravura de Theodore de Bry mostra como era o mercado da cidade de Goa em meados do século XVI, época em que Camões por lá viveu.

A epopeia do homem moderno

Causa realmente certa estranheza o fato de Camões se entregar, praticamente a vida toda, com tamanha obstinação, a um projeto literário. No início, mencionou-se a questão

de súmula de boa parte do saber, mas principalmente das aspira es de toda a renasce a. E aqui já   possível colocar uma questão básica, imprescindível   boa compreensão do poema. Embora Camões declare cantar “o peito ilustre lusitano”, o que sua epopeia exalta   uma ideia universal de homem, comum a grande parte da civiliza o europeia.

De certo modo, é como se Portugal e os portugueses fossem apenas o pretexto, a circunstância que permite ao poeta enaltecer o progresso geral, empreendido coletivamente pelo homem moderno. Mas isso não se deu por acaso. Se Portugal forneceu o pretexto, não foi um pretexto gratuito.   que esse pequeno e até então pobre país, esquecido no extremo ocidental da península Ibérica, desempenhou um papel decisivo na cadeia de magnos acontecimentos que levaram o homem da renasce a a orgulhar-se do privilegiado momento histórico por ele protagonizado.

  parte disso, deparamo-nos com a extrema habilidade e o esforço notável do poeta. Camões não são foi capaz de perceber e assimilar esse espírito da época, com a massa formidável de informa es e conhecimentos aí implicados, como teve também o engenho necessário para unir e articular, de modo convincente, canto a canto, estrofe a estrofe, um material tão amplo e diversificado.

Isso nos conduz à questão da estrutura de *Os lusíadas*, em parte determinada pelos preceitos retóricos então em vigor, mas em parte também resultante da singular engenhosidade do poeta. Se não tivermos uma boa no o a respeito desse t pico, será difícil atinar com os vários níveis de sentido do poema.

Uma estrutura exemplar

Primeiro, não nos deixemos impressionar pelo volume avantajado. O poema é composto de dez cantos, que cont m um número variável de estrofes. O mais breve, o VII, tem 87; o mais longo, o último, 156. O total, portentoso,   de 1.102 estrofes, chamadas oitavas rimas, pois todas têm

sempre oito versos. (Já fez as contas? Pois é, 8.816!) Os versos são todos decassílabos, cuidadosamente escandidos, e rimados sempre segundo o mesmo esquema: o primeiro rima com o terceiro e o quinto; o segundo com o quarto e o sexto; o sétimo e o oitavo entre si.

Desses dados já se pode extrair uma conclusão reveladora. Apesar da vida irregular, das mil atribulações, do temperamento indócil e aventureiro, nosso poeta era também dotado de uma mente disciplinada e sistemática, afeita à ordem e à simetria, às sínteses equilibradas e bem-proporcionadas. Nesse sentido, a estrutura do poema — regular, harmonioso, rigorosamente coeso — é uma metáfora do mundo, tal como o homem da renascença o concebía. Contraditório? Sem dúvida. Mas a contradição não era só de Camões, era de todo o seu tempo. (Aliás, será a nossa época menos contraditória que a dele? Na verdade, várias de nossas contradições começaram a se forjar ali mesmo, no renascimento, e aparecem muito claras em *Os lusíadas* para quem tiver a paciência de observá-las.)

Além da divisão já assinalada, o poema também se divide numas tantas partes, segundo as normas da retórica clássica. Primeiro, a proposição, que ocupa as três primeiras estrofes. (Você encontrará esse e outros trechos do poema a partir da p. 33.) Aí o poeta declara o que pretende realizar. Habitue-mo-nos, desde já, a indicar os cantos por algarismos romanos e as estrofes por arábicos. Assim, I:1-3 sinaliza a proposição — uma parte, aliás, de fundamental importância: se não entendermos o que o poeta pretende, teremos dificuldade em entender o que realiza.

O primeiro obstáculo estará na sintaxe — algo emaranhada, não é mesmo? — e talvez em uma ou outra palavra mais rara. Aí, é preciso alguma paciência. Afinal, seria contrassenso esperar que Camões escrevesse de maneira a ser diretamente compreendido por nós, mais de quatrocentos anos depois. Sua linguagem, apesar de produzida no mesmo bom português que ainda hoje praticamos, segue outros rumos e obedece a outros padrões. Mas estamos interessados no sentido do que ele nos diz, e não nos deixaremos derrotar pelo estilo às vezes complicado de que se serve.

Nesse ponto, deve-se reconhecer que boa parte da obra envelheceu e já não toca mais ao leitor moderno. Outra parte nem chegou a envelhecer: desde o início era má poesia, simples prosa rimada e metrificada. Refiro-me aos trechos que contêm enfadonhos relatos históricos ou matéria descritiva, impostos pelo plano da obra, mas carentes de verdadeira poesia. Nem poderia ser de outro modo: impossível manter, ao longo de quase 9 mil versos, o mesmo brilho, o mesmo poder de invenção, o mesmo fôlego poético. Inevitavelmente, um poema assim extenso teria altos e baixos, com umas passagens menos atraentes, outras sem atrativo algum.

Em compensação, muitos episódios mantêm intacta a beleza de origem e continuam a figurar ao lado da melhor poesia da língua. Além disso, o sentido geral do poema não se perdeu e segue dizendo respeito, e tocando fundo, a todos nós. Caso contrário, só a inércia poderia justificar a permanência de *Os lusíadas*, quatro séculos depois. Não é o que acontece. Ainda hoje é possível ler o poema, não por obrigação, mas por devoção. Por falar nisso, voltemos à análise da primeira parte, na qual o poeta declara o que pretende.

Do ponto de vista sintático, as duas primeiras estrofes perfazem um todo; a oração principal, em ordem inversa, começa na primeira linha mas fica pairando no ar, solta, e só vai ser concluída no penúltimo verso da estrofe seguinte. Ponha-a então na ordem direta e veja como não é tão complicado assim: cantando espalharei por toda parte as armas e os barões assinalados. Aí está a proposição do poema, mas restam uns probleminhas. “Barões” é o mesmo que “varões” e significa “homens”, não é título de nobreza; “armas” quer dizer “feitos de guerra”; e “assinalados” significa “ilustres”, os homens que se distinguiram no uso das armas. Entre o segundo verso da primeira estrofe e o sexto da seguinte, o texto esclarece de que homens se trata: os portugueses. A terceira estrofe reforça o que foi dito antes e já a conhecemos: é onde o poeta compara seus heróis e sua epopeia aos heróis e epopeias antigas.

Agora, repare num pormenor. Aí e em outras passagens, Camões segue quase literalmente o modelo clássico. A *Eneida*, de Virgílio, começa assim: “Arma virumque cano”, ou seja, “Canto as armas e o varão”. Quer dizer, Virgílio exalta os feitos de um herói singular, Eneias. Já Camões alude às várias figuras que se destacaram ao longo da história de Portugal, depois representadas na fórmula genérica e abstrata “o peito ilustre lusitano”. Por quê? Simples. Para Camões, Portugal não possui um herói individual suficientemente grandioso ou mítico que sobressaia aos demais. O herói camoniano é um ser plural, a proeza lusitana é obra coletiva. Isso trará alguns problemas para o poeta, no tocante à organização e à unidade narrativa da obra, pois a epopeia se dispõe exatamente a narrar as façanhas de um herói exemplar, modelo e síntese de toda uma raça. É o que faz Virgílio com a figura de Eneias, tornando símbolo do povo romano. Na altura própria, veremos como Camões resolve essa dificuldade.

As musas, a viagem, o epílogo

Terminada a proposição, começa a segunda parte, a invocação, I:4-5 (lembre-se: canto primeiro, estrofes quatro e cinco). Na epopeia antiga, era praxe o poeta solicitar às musas que o protegessem e ajudassem em seu empreendimento artístico. Camões — homem moderno, racional — não acredita em musas nem em nada parecido. Não obstante, obedece à norma vigente, mas a seu modo: invoca as tágides, isto é, umas supostas ninfas do rio Tejo (da forma latina *Tagus*), para deixar bem claro que a mitologia é apenas adorno retórico, ou símbolo, e não uma dimensão sobrenatural em que ele realmente acreditasse.

Repare, aqui também, num pormenor. Camões usa termos grandiosos para se referir à poesia épica (“som alto e sublimado”, “estilo grandiloco e corrente”, “tuba canora e belicosa”), mas não assim com a lírica (“verso humilde”, “agreste avena ou fruta rude”). Isso explica por que ele não se empenhou em publicar sua produção lírica,

deixada virtualmente inédita, para uma divulgação pós-tuma e incerta. Por essa razão, até hoje os eruditos enfrentam grandes dificuldades em determinar quantos e quais sonetos, odes, canções, etc. Camões de fato escreveu.

Logo depois da invocação vem a dedicatória (I:6-18). Apesar de mais extensa que as anteriores, essa parte tem reduzido interesse. Basta saber que o poema é dedicado a dom Sebastião, rei de Portugal. O livro foi publicado em 1572, dom Sebastião reinava e Camões buscou obter os

Retrato de dom Sebastião (1554-1578), mítico rei de Portugal.



favores régios, pois era assim que se fazia naquele tempo. E conseguiu: a publicação lhe valeu uma “tença”, espécie de pensão anual, de 15 mil réis, renovável de três em três anos. Não era uma fortuna, mas daria para o poeta viver modestamente, se tivesse sido paga com regularidade. Pois é, já naquela época a burocracia oficial criava problemas para os cidadãos, mesmo que fossem poetas épicos...

Finda a dedicatória, começa a parte mais importante, a narração, que ocupará praticamente o poema todo, de I:19 a X:144. Aquele problema da unidade narrativa, Camões resolve-o dividindo essa parte em dois planos. No primeiro, o poema narra a viagem de Vasco da Gama às Índias (entre 1497 e 1499), com todos os percalços do empreendimento, que aliás o poeta conhecia bem, pois percorrera o mesmo roteiro. Mas isso não faz de Vasco da Gama o herói do poema: é apenas um, entre vários. Sua façanha, a descoberta do caminho marítimo para as Índias, ganha evidente destaque, mas é só um dentre os muitos feitos heroicos lusitanos. A viagem serve, principalmente, para fornecer um fio condutor à narrativa. Vamos a ela.

Conforme pedia a regra clássica, a ação começa a se desenvolver já perto do desfecho. Quer dizer, em I:19 Camões localiza a esquadra de Vasco da Gama na costa oriental da África, a pouca distância da Índia, vencida a parte mais longa do percurso. No final do canto II, quando os navegantes chegam a Melinde, ainda na África, o relato é interrompido, para que se introduza, no segundo plano, toda a história de Portugal, desde as origens até o reinado de dom Manuel I, que ordenou a Vasco da Gama partir na direção do Oriente. No final dessa subnarrativa histórica, Camões inclui o relato do trecho inicial da viagem, até a entrada no oceano Índico (após o cabo das Tormentas, depois chamado da Boa Esperança). Isso ocupará os cantos III, IV e V. Assinale-se, desde já, que a concepção de história aí implicitamente endossada por Camões é francamente guerreira e aristocrática, de raízes medievais, o que fica visível na importância dada aos episódios sangrentos e às batalhas, e na ênfase que recai sobre uns poucos indivíduos de exceção, quase sempre reis e governantes.



No canto VI, a esquadra segue viagem para o Oriente; no seguinte, Vasco da Gama cumpre seu objetivo, chegando a Calicute, na Índia. No canto VIII, há nova intromissão do segundo plano, o histórico, para complementar o relato ocorrido na interrupção anterior. Nos cantos IX e X, temos a despedida da Índia e o retorno à pátria, com uma prolongada estada na mítica “ilha dos Amores” (IX:18 a X:143). Na estrofe 144 do canto X, somos sumariamente informados de que, enfim, os nautas regressaram e “entraram pela foz do Tejo ameno”.

Em seguida (estrofes 145-156), vem o epílogo, quinta e última parte. Aí, a exemplo do que já fizera mais de uma vez, o poeta se manifesta em primeira pessoa, num tom de crítica e admoestação:

Não mais, musa, não mais, que a lira tenho
Destemperada e a voz enrouquecida,
E não do canto, mas de ver que venho
Cantar a gente surda e endurecida.
O favor com que mais se acende o engenho
Não no dá a pátria, não, que está metida
No gosto da cobiça e na rudeza
De uma austera, apagada e vil tristeza.

Torre de Belém,
na entrada do rio
Tejo, em Lisboa,
de onde partiam
as caravelas
rumo às Índias.

O papel da mitologia

Se tivermos em mente essa organização geral do poema, não será difícil assimilar o resto. Um ponto básico, a ser logo esclarecido, é o papel desempenhado pela mitologia ao longo da narrativa. Trata-se de outro preceito retórico, a presença obrigatória do “maravilhoso”, isto é, a interferência dos deuses (ou da vontade divina) no plano das ações humanas. Assim, Vênus e Marte, de um lado, Baco e Netuno, de outro, participam intensamente das peripécias da viagem, aqueles para defender os portugueses, estes para prejudicá-los, criando toda sorte de obstáculos. Quais as razões dessa divisão no Olimpo, divisão que, aliás, contraria a própria decisão de Júpiter? (Ver o “Concílio dos deuses”, I:20-41.) Para simplificar, digamos que Marte, deus da guerra, é favorável aos portugueses, porque lhes admira a bravura; Vênus, deusa da beleza, porque os considera amantes fervorosos do belo, em todas as suas formas. Já Netuno e Baco são contra porque pressentem, na ambição expansionista dos portugueses, uma ameaça a seus próprios domínios, respectivamente os mares e o Oriente. No canto VI, falando aos deuses subordinados a Netuno, e querendo alertá-los para o perigo, Baco diz temer que os portugueses “venham a deuses ser e nós humanos”. Mais adiante voltaremos a esse ponto (fundamental) da “divinização” do homem em *Os lusíadas*.

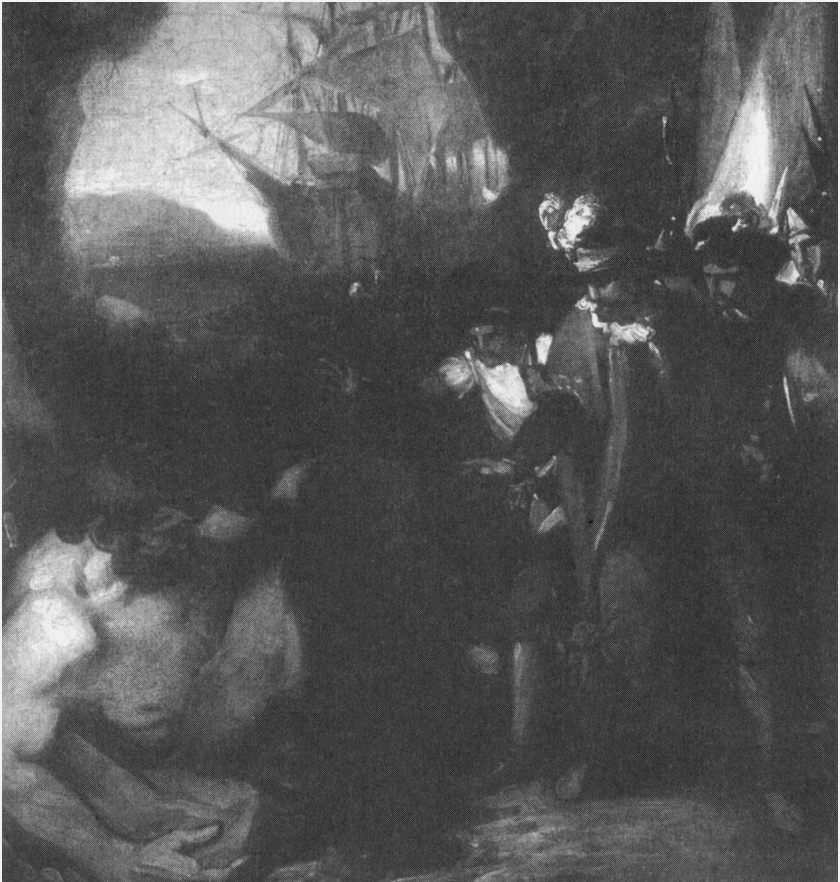
Na verdade, do ponto de vista do trecho dramático, os deuses é que dão sustentação à ação central do poema. Os obstáculos enfrentados pelos humanos, na viagem, se resumem aos fenômenos naturais (tempestades, ventos traiçoeiros, calmarias, doenças) e às ciladas armadas por Baco, mas desarmadas por Vênus. Os portugueses não enfrentam a oposição de outros homens, salvo a fraca e irrelevante contestação de um ou outro “infiel”, isto é, africanos e indianos, que, por estarem fora da órbita da grande e dominadora civilização ocidental, são colocados em plano inferior pelo poeta.

A interferência da mitologia não tem vínculos doutrinários com o paganismo: do ponto de vista religioso, *Os lusíadas* é uma obra claramente cristã. Mas, sem a intervenção

dos deuses, a ação central seria demasiado monótona, quase tão somente meses e meses sobre os mares, vendo-se apenas água e mais água por todos os lados. Os deuses entram em cena para dar unidade à narrativa e torná-la mais atraente.

É um pouco essa, também, a função de determinados episódios, ligados à história de Portugal ou à viagem, sem relação com a ação central ou com o sentido heroico do poema, mas introduzidos para dar colorido e movimento à narração. Alguns desses episódios, todos de teor lírico, estão entre os melhores e mais bem-acabados da obra, como o de “Inês de Castro”, III:118-135; o do “Gigante Adamastor”, V:41-59; ou o dos “Doze de Inglaterra”, VI:43-69.

O Gigante Adamastor, personagem lendário da história de Portugal, é retratado por Camões em sua epopeia.



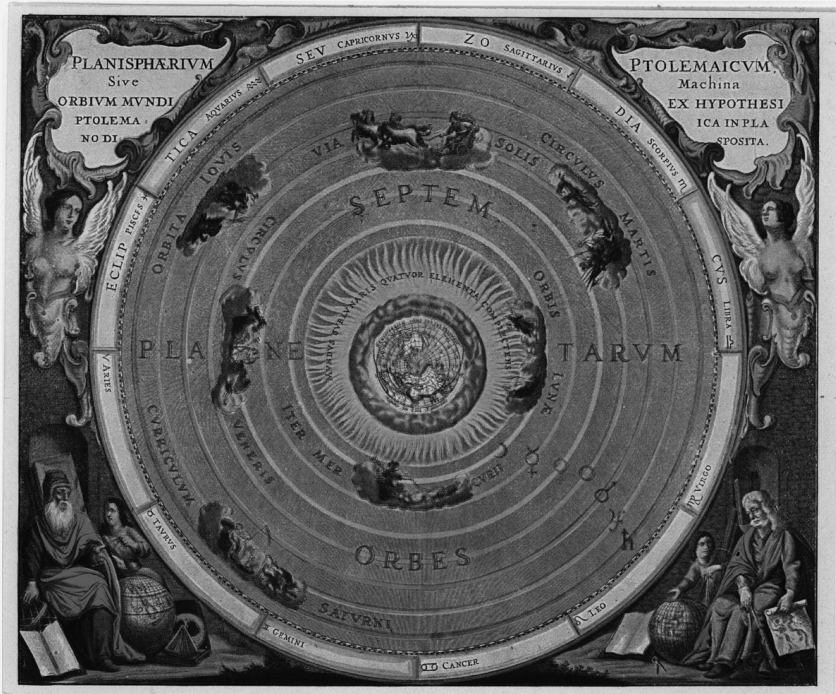
O resultado é certa inversão de papéis: os humanos são quase sempre hieráticos e impassíveis, sóbrios e determinados; já os deuses são irrequietos, indecisos, movidos por inveja, ciúme e outros sentimentos mesquinhos. Mas ao mesmo tempo são seres todo-poderosos. Baco só não chega a afundar a esquadra, dizimando os portugueses, porque enfrenta a resistência igualmente todo-poderosa de Vênus.

De outro lado, porém, a mitologia também cumpre função simbólica. Os deuses representam o limite ideal a que tende a espécie humana, são uma imagem de perfeição e plenitude, latente em toda a humanidade, e que se concretizará quando esta for capaz de desenvolver por completo as suas potencialidades. Como bom renascentista, Camões acreditava estar bem próximo o momento em que o homem se tornaria senhor absoluto do Universo, exercendo sobre todas as coisas um domínio que os antigos atribuíam aos deuses, ou aos poderes sobrenaturais, ou às forças até então indomadas da Natureza.

No final da narração, Baco e Netuno se rendem e reconhecem a superioridade dos humanos. Vênus recompensa seus protegidos, conduzindo a esquadra até a ilha dos Amores, onde a deusa Tétis reina, com sua corte de ninfas esplêndidas. O episódio representa a ascensão definitiva do homem, que agora pode consorciar-se com os deuses em pé de igualdade. Os nautas entregam-se então aos mil prazeres proporcionados pela ilha e Vasco da Gama ainda recebe um prêmio extra. Na estrofe 76 do canto X, começa o trecho em que Tétis conduz o comandante dos portugueses ao topo mais alto da ilha, permitindo que dali ele veja o que não pode ser visto pela “vã ciência/ Dos errados e míseros mortais”: a “máquina do mundo”, isto é, a Terra e os demais astros, a girar no concerto das esferas siderais.

A máquina do mundo

É curioso observar que o universo aí descrito corresponde à concepção ptolomaica, geocêntrica, ainda largamente aceita no tempo do poeta, embora o tratado *De revolutionibus*,



de Copérnico, a primeira exposição sistemática do heliocentrismo, seja de 1543. Mas isso importa muito pouco. O fundamento metafísico da visão camoniana não depende nem da veracidade nem do rigor científico dos conhecimentos exarados no poema, mas da crença inabalável na razão, que nos distingue da natureza bruta, nos aproxima de Deus, no sentido cristão, e é a via de acesso às leis infalíveis que regem o universo. Portanto, a “máquina do mundo” deve ser entendida não como verdade científica, mas como símbolo desse patamar superior, a ser atingido um dia pela ciência racional.

De qualquer modo, a ilha dos Amores situa-se fora do espaço nosso conhecido, e também isso condiz com um dos ideais da cultura renascentista. Para atingir aquele patamar, o homem deverá afastar-se amplamente do mundo — como o Gama, no topo mais alto da ilha, a contemplar o mundo distante. Afastar-se para conhecer bem, conhecer bem para exercer total domínio sobre as coisas conhecidas. Essa é a grande proeza do homem moderno,

A pintura representa a “máquina do mundo”. Em meados do século XVI prevalecia a visão de que a Terra era o centro do universo.

seu ambicioso projeto. Assim a renascença definiu o fundamento e o destino da moderna civilização ocidental, e assim Camões a exaltou, tomando como exemplo a formidável façanha dos descobridores portugueses.

Nesse ponto, é inevitável a comparação entre Vasco da Gama, a contemplar a distância o “rotundo globo”, e, por exemplo, Iúri Gagárin, a repetir que “a Terra é redonda e azul”, quando do primeiro voo orbital tripulado, já na segunda metade do século XX. Nossos cosmonautas realizam *de fato* o que para o navegante quinhentista não passou de ficção. O vago ideal sonhado pelo homem do renascimento vem a ser realidade experimentada, quatro séculos depois. Parece evidente, aí, a continuidade do projeto cultural encetado naquele momento, o que assegura a homogeneidade de nossa civilização e de nossos ideais, pelo menos no que diz respeito à conquista da Natureza.

Quanto a isso, portanto, *Os lusíadas* representa uma alegoria do mundo ideal, o mundo do dever-ser, horizonte de perfeição absoluta, que o otimismo renascentista se recusou a considerar como utópico, julgando tratar-se do destino inescapável da era de esplendor que então se abria para a humanidade.

Nosso poeta acreditou fervorosamente nesse ideal, dando-lhe forma e representação lapidares. Mas isso não lhe obscureceu a consciência muito clara que tinha do “sistema de erros”, da feia confusão que era a dura realidade vivida por ele e pelos outros homens. Por isso o poema é todo marcado, dialeticamente, de passagens e episódios (como o do “Velho de Restelo”, IV:94-104, ou o “Epílogo”) plenos de críticas aos desmandos, às injustiças, à decadência que, em suma, lhe parecia iminente.

Camões precisou reunir um bocado de lucidez e outro tanto de coragem para registrar no poema, também, o desgosto de ver Portugal mergulhado em tão fundas contradições. Mas não deixou de acreditar que, um dia, os homens seriam capazes de construir um mundo definitivamente concertado. Talvez porque “a esperança”, como dizia Vinícius de Moraes (aliás, um sonetista da mais le-

gítima estirpe camoniana), “não custa nada, e é sempre melhor ter do que não ter”.

Não fosse isso, e nossa civilização não teria chegado a tão prodigiosos avanços. Em compensação, os impasses que nos tolhem hoje, como o racismo, os totalitarismos, as desigualdades, a ameaça geral à sobrevivência de todas as espécies, talvez não tivessem atingido tão graves proporções.

Morrer na pátria, morrer com a pátria

Ler, hoje, *Os lusíadas* é entrar em contato com os dramas de consciência e o sonho generoso de um homem — um sonho que não foi apenas seu, como já sabemos, e poderá até vir a ser nosso, se nos dermos conta de que o mundo em que se gestou ainda é, em larga medida, o mesmo que nos cerca —, um sonho que ele cultivou ao longo de toda a vida, com um denodo e um desprendimento que raras vezes se repetem.

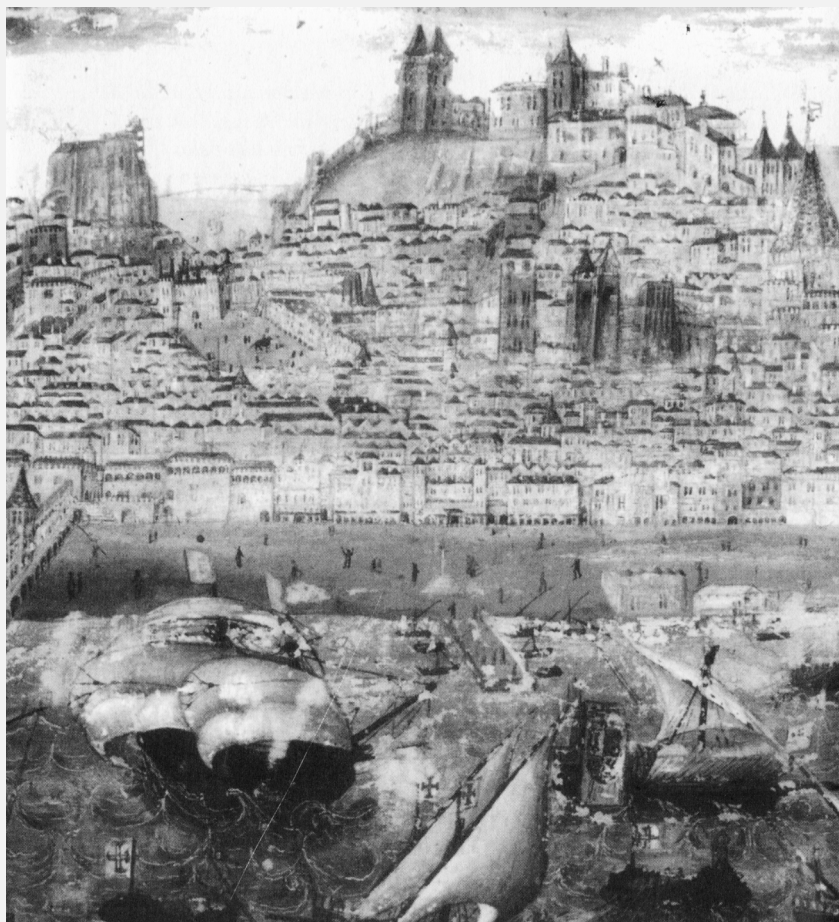
Uma vida, afinal, de que se conhece muito pouco. Além do que já foi lembrado anteriormente, sabe-se que seu nome completo era Luís Vaz de Camões, nascido em 1524 ou 1525, provavelmente em Lisboa, filho de Simão Vaz de Camões e Ana de Sá de Macedo, pequenos fidalgos originários da Galícia, de recursos modestos. Deve ter passado infância e adolescência em Coimbra; pelo menos, é o que se depreende de várias composições líricas e das cartas. Não se sabe se realizou estudos regulares, mas deve ter convivido com o meio universitário, e contou com amigos e parentes eruditos que o orientaram. De outro modo, seria difícil explicar a vasta cultura literária, histórica, geográfica e científica de que dá mostras, sobretudo na epopeia.

Em 1542, está em Lisboa, onde frequenta a corte de dom João III, um dos poucos privilégios de que desfrutou, graças à origem nobre. Mas frequenta também as rodas boêmias da cidade e ganha notoriedade como briguento e arruaceiro. Desse tempo, e dessas andanças, vem-lhe o

apelido Trinca-Fortes. Os biógrafos falam também da sua fama de conquistar e dos seus vários amores com as damas da corte, entre as quais dona Caterina de Ataíde (lembrada na lírica sob o anagrama Natércia) e a infanta dona Maria, filha de dom Manuel I e irmã de dom João III.

Devem ter sido tantas as trapalhadas em que se envolveu, nesse período, que, em 1549, resolveu “exilar-se”, partindo para Ceuta, como soldado raso, antes que algum desafeto poderoso o obrigasse a fazê-lo, ou o condenasse a destino ainda pior. Em Ceuta, como vimos, é ferido em combate, perde o olho direito, e logo regressa a Lisboa. Daí por diante, já sabemos: o duelo com Gonçalo Borges,

Macau:
possessão
portuguesa
na Ásia, onde
Camões foi
provedor-mor.



num dia de *Corpus Christi*, a cadeia, o perdão e depois as aventuras e desventuras que enfrentou, nos 17 anos de perambulação pelo Oriente. Falta o desenlace.

A pensão régia de 15 mil réis, a que fez jus pela publicação do poema, é paga irregularmente, e Camões passa maus bocados nos últimos anos. Em 1579, a peste volta a se abater sobre Lisboa. O poeta, debilitado, praticamente na miséria, dessa vez não escapa. Morre abandonado e é enterrado sem caixão, em cova rasa. Não se sabe ao certo a data de sua morte, mas a tradição adotou o dia 10 de junho de 1580 — menos de dois anos após a batalha de Alcácer-Quibir, no norte da África, em que morreu el-rei dom Sebastião, sem deixar herdeiros. Logo depois, Portugal passaria para o domínio espanhol.

Lúcido até o fim, pouco antes de morrer Camões desabafou, em carta a um amigo: “Enfim, acabarei a vida e verão todos que fui tão afeiçoado à minha pátria, que não me contentei de morrer nela, mas com ela”.



Os lusíadas

Esta edição tomou por base o texto estabelecido por Emanuel Paulo Ramos para *Os lusíadas*, 3. ed., Porto: Porto Editora, [s.d.]. Salvo no caso de formas já consagradas pela tradição dos estudos camonianos (*barões* por *varões*, *Calecut* por *Calicute*, *depois* por *depois*, *pera* por *para*, *moura* por *morra*, e assim por diante) e no de formas exigidas pela métrica ou pela rima (*imigo* por *inimigo*, *dina* por *digna*, *felice* por *feliz*, etc.), a ortografia foi atualizada e adaptada de acordo com as normas brasileiras vigentes.

Na elaboração das notas explicativas, reduzidas ao mínimo indispensável à compreensão do texto, foram consultadas, além da edição de Paulo Ramos, a de Otoniel Mota (6. ed., São Paulo: Melhoramentos, 1944) e a de Francisco da Silveira Bueno (São Paulo: Saraiva, 1960, 2 vols.).

Os resumos parciais, inseridos entre os textos, são da responsabilidade do organizador desta antologia e não contêm nenhuma interpretação dos episódios; pretendem apenas situar na sequência narrativa do poema os trechos selecionados, facilitando sua compreensão.

Canto I

- 1 As armas e os barões assinalados ◀ Proposição
Que, da ocidental praia lusitana,
Por mares nunca de antes navegados
Passaram ainda além da Taprobana,
Em perigos e guerras esforçados,
Mais do que prometia a força humana,
E entre gente remota edificaram
Novo reino, que tanto sublimaram;
- 2 E também as memórias gloriosas
Daqueles reis que foram dilatando
A Fé, o Império, e as terras viciosas
De África e de Ásia andaram devastando,
E aqueles que por obras valerosas
Se vão da lei da Morte libertando:
Cantando espalharei por toda parte,
Se a tanto me ajudar o engenho e arte.
- 3 Cessem do sábio grego e do troiano
As navegações grandes que fizeram;
Cale-se de Alexandro e de Trajano
A fama das vitórias que tiveram;
Que eu canto o peito ilustre lusitano,
A quem Netuno e Marte obedeceram.
Cesse tudo o que a musa antiga canta,
Que outro valor mais alto se alevanta.
- 4 E vós, tágides minhas, pois criado ◀ Invocação
Tendes em mim um novo engenho ardente,

1:1 **barões**: varões, homens.

1:4 **Taprobana**: antigo nome do Ceilão, atual Sri Lanka, país insular localizado no oceano Índico. (Cf. canto VII:19.)

2:5 **valerosas**: valorosas.

3:1 **grego**: Ulisses, herói da *Odisseia*; **troiano**: Eneias, herói da *Eneida*.

3:3 **Alexandro**: Alexandre Magno (356 a.C.-323 a.C.), rei da Macedônia; **Trajano**: imperador romano que governou de 98 d.C. a 117 d.C.

3:6 **Netuno**: deus do mar e da navegação entre os romanos; **Marte**: na mitologia romana, o deus da guerra.

4:1 **tágides**: ninfas do rio Tejo (da forma latina *Tagus*); palavra criada pelo poeta e humanista português André de Resende (1500-1573).